

MOÇÃO

A criação e implementação de um Serviço Nacional de Saúde (SNS), universal e tendencialmente gratuito, constituiu um extraordinário avanço civilizacional e uma das mais inegáveis conquistas do Povo português, na sequência da revolução de Abril de 1974. A melhoria gradual e constante da maior parte dos indicadores de saúde da população portuguesa e a excelente classificação do SNS nacional em “rankings” independentes, elaborados a nível internacional, são bem a prova do que acabamos de afirmar.

Em relação ao modelo original de SNS, pensado e executado pelo então Ministro da Saúde Dr. António Arnaut, muitas foram as alterações efectuadas, ao longo dos últimos 40 anos, em termos da sua estrutura, organização e funcionamento.

No Distrito de Portalegre, por exemplo, passámos recentemente de uma realidade em que coexistiam, em termos assistenciais e de forma autónoma, dois Hospitais (Doutor José Maria Grande, em Portalegre, e Santa Luzia, em Elvas) e 15 Centros de Saúde, para um novo modelo integrado, em termos de gestão e de funcionamento, e integrador, no que diz respeito à globalidade dos cuidados a prestar à população: a Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE (ULSNA).

No momento presente, e tendo em conta legislação recentemente publicada e notícias vindas a público, preocupam-nos algumas questões, que passamos a enumerar, e em relação às quais solicitamos resposta por parte do Ministério da Saúde:

palavras, a ULSNA assume o respectivo atendimento e tratamento (com todos os gastos e custos inerentes), sem que, em resultado de tal, receba qualquer tipo de contrapartida.

A Assembleia Municipal de Portalegre manifesta ainda o seu inequívoco reconhecimento, apoio e solidariedade à ULSNA, nomeadamente ao Conselho de Administração e a todos os seus Trabalhadores! Sem o seu contributo, esforço e dedicação não seria de todo possível continuar a assegurar à população do Distrito de Portalegre cuidados de saúde adequados e dignos.

Por último, a Assembleia Municipal de Portalegre manifesta a sua posição de defesa firme e intransigente da população do Concelho e do Distrito de Portalegre; esperando que qualquer reforma (como a que aqui está em causa) seja feita COM e PARA as Pessoas, e não apenas baseada em indicadores meramente “economicistas”, quantitativos ou demográficos; o que agrava ainda mais as já difíceis condições de vida no interior do País e penaliza territórios desertificados e populações envelhecidas, como é o caso, infelizmente, do Distrito de Portalegre. Neste sentido, exortamos o Ministério da Saúde a promover uma reflexão mais aprofundada (e o mais ampla e alargada possível) sobre a reforma hospitalar/reorganização da rede hospitalar; na qual seja tida em conta a participação e os contributos das Autarquias Locais, que servem e respondem directamente perante as suas populações e que conhecem, como ninguém, a real e verdadeira dimensão dos seus problemas e das suas dificuldades.

Portalegre, 30 de Abril de 2014